

Fernão de Magalhães, português no feito, mas não na lealdade: uma reflexão histórico-poética¹

Justino Mendes de Almeida

Hão-de perdoar-me V.Ex.^{as} a ousadia de trazer ao *Simpósio* uma breve nota de erudição literária que parece fugir à temática que nos cumpre desenvolver: “Fernão de Magalhães e as Viagens de Portugueses no Pacífico”. Creio, porém, que tal nota se pode integrar nas alíneas a) e b) do programa: “Fernão de Magalhães: biografia até à ida para Espanha; a estada em Espanha”. Veremos de que modo.

Já por mais de uma vez me tenho ocupado da contribuição da Marinha para os estudos camonianos. Em que medida distintos marinheiros e confrades nesta Academia têm dissertado sobre Luís de Camões e aspectos vários da sua obra. Fazem-no na qualidade de conhecedores como ninguém das coisas do mar – *Os Lusíadas* são um poema do mar –, e também como técnicos cuja sólida formação náutica contribui grandemente para uma melhor compreensão da Epopeia Nacional por parte de quem tenha apenas formação humanístico-literária.

Mas, desta vez, é o Poeta quem oferece a sua apreciação de um nauta, nada menos do que Fernão de Magalhães, objecto deste colóquio. Fá-lo de forma subtil numa estância rica de informação:

Mas cá, onde mais se alarga, ali tereis
Parte também, co pau vermelho nota:
“De Santa Cruz” o nome lhe poreis,
Descobri-la-á a primeira vossa frota.
Ao longo desta costa, que tereis,

1 Na Academia de Marinha.

Irá buscando a parte mais remota
O Magalhães, no feito com verdade
Português, porém não na lealdade.

Os Lusíadas, X, 140

Os Lusíadas foram impressos em 1572, apresentados para aprovação em 1571, concluídos, ou antes, retocados em redacção final entre Abril de 1570 e Março de 1571. É de 24 deste mês o alvará de D. Sebastião que autoriza a impressão do livro. Tudo se passa, portanto, a cerca de 50 anos da “deserção” de Fernão de Magalhães. Esta estância denuncia o estado de espírito que dominava o Poeta e talvez o País, em consequência da atitude de Magalhães, tida como deslealdade ao Rei e à Pátria. Por isso, para exaltar uma acção contrária à de Magalhães, quando era caso disso, se lêem apóstrofes como esta: “Ó grão fidelidade portuguesa”, como quando quis honrar a “lealdade” de Egas Moniz.

Luís de Camões não perdoava actos tais, que considerava de traição à Pátria. E, sempre que se lhe oferece oportunidade, censura-os asperamente. É disso exemplo a repulsa com que se refere aos irmãos de D. Nuno Álvares Pereira, os quais, bandeados para o lado de D. João de Castela, combatem em Aljubarrota contra as tropas comandadas pelo Condestável, seu irmão, que defendiam a independência de Portugal. A este propósito, o Poeta, dirigindo-se a Sertório, Coriolano e Catilina, exemplos antigos de inimigos da pátria:

Dizei-lhes que também dos Portugueses
Alguns treedores houve algũas vezes.

Os Lusíadas, IV, 33.

Os Lusíadas são a carta magna do povo português. Tudo neles se encontra, seja para exaltar virtudes, seja para criticar vícios e defeitos de uma nação, nascida para mandar, e não para ser mandada, como se diz nos versos

camonianos. Exemplos de Portugueses cuja lição sempre foram força anímica bastante nos momentos de crise política ou dinástica; personagens modelares, algumas delas com seus nomes hoje riscados dos compêndios de história de Portugal, como se a História, que tudo restituirá e há-de repor toda a verdade, não viesse, mais tarde ou mais cedo, a desfazer essa anti-história enganadora dos espíritos, tudo o Poeta recorda para ensinamento dos vindouros, como se gravou no bronze da inscrição que encima o arco triunfal da Rua Augusta, em Lisboa.

Voltemos a Fernão de Magalhães e leiamos os mais autorizados testemunhos de historiógrafos contemporâneos. Seja primeiro João de Barros cujas *Décadas da Ásia* o grande crítico literário Fidelino de Figueiredo, que derramou muito do seu saber pelo estrangeiro, impedido de o fazer no seu país, comparava, *mutatis mutandis*, à construção das grandes catedrais góticas.

João de Barros consagra os capítulos VIII a X do livro V da *Década III* a Fernão de Magalhães, à sua viagem e ao seu fim, com grande pormenorização. A nós importa-nos registar como Barros qualificou a atitude de Magalhães, o que se reconhece logo na epígrafe do capítulo: “Como Fernão de Magalhães se foi a Castela em desserviço de el-rei D. Manuel, e as causas porquê; e como el-rei D. Carlos de Castela, que depois foi Emperador, aceitou seu serviço, e se determinou em o mandar às ilhas de Maluco per nova navegação.” E mais adiante: “E como o Demónio sempre no ânimo dos homens move cousas pera algum mau feito, e os acabar nele, ordenou caso pera que este Fernão de Magalhães se descontentasse de seu rei e do reino, e mais acabasse em maus caminhos, como acabou, e foi por esta maneira...”

O Cronista, fonte de Camões, contribuiu para que o “mau feito”, como diz, de Magalhães, ficasse gravado, para todo o sempre, de forma denegrida n’*Os Lusíadas*.

Segue-se Gaspar Correia. O autor das *Lendas da Índia* (Livro II, p. 625-627), no seu relato, de que extraímos alguns passos, permite conceder alguma absolvição a Magalhães: “Fernão de Magalhães, cavaleiro honrado... indo ao Reino (*até então servira garbosamente sob as ordens de Afonso de*

Albuquerque), alegando a El-Rei seus serviços, e pedindo em satisfação que lhe acrescentasse cem réis em sua moradia por mês, o que lhe El-Rei denegou, por lhe não cair em graça ou porque assi estava permitido que havia de ser. Fernão de Magalhães, disto agravado, porque o muito pediu a El-Rei e ele o nom quis fazer, lhe pediu licença para ir viver com quem lhe fizesse mercê, em que alcançasse mais dita que com ele. El-Rei lhe disse que fizesse o que quigesse, polo que lhe quis beijar a mão, que lhe El-Rei não quis dar.

Mas Fernão de Magalhães se foi a Castela, ao porto de Sevilha... com tenção de navegar polo mar, porque entendia muito da arte de piloto, que era espérico. Em Sevilha tinha o Emperador a Casa da Contratação, com seus regedores da Fazenda, com muitos poderes e grande tráfego de navegações e armadas pera fora. Fernão de Magalhães, atrevido em seu saber, com a muita vontade que tinha de anojár el-rei de Portugal, falou com os regedores da Casa da Contratação e lhe disse que Malaca e Maluco, ilhas em que nacia o cravo, eram do Emperador polas demarcações que havia de entre ambos, polo que el-rei de Portugal contra direito possuía estas terras; e que isto ele o faria certo ante tôdolos doutores que o contradixessem, e a isso obrigaria a cabeça. Ao que os regedores lhe responderam que bem sabiam que ele falava a verdade, e o Emperador assi o sabia, mas que o Emperador nom tinha navegação para lá, porque nom podia navegar polo mar da demarcação de el-rei de Portugal. Fernão de Magalhães lhe dixeu: “Se me derdes navios e gente, eu mostrarei navegação pera lá, sem tocar em nenhum mar nem terra de el-rei de Portugal.” E se não, que lhe cortassem a cabeça... polo que Fernão de Magalhães foi a Burgos, onde estava o Emperador, e lhe beijou a mão, e o Emperador lhe deu mil cruzados de acostamento pera gasto de sua mulher enquanto fosse sua viagem, assentando na vassalagem de Sevilha, e lhe deu poder de baraço e cutelo em toda pessoa que fosse na armada, de que seria capitão-mor. Do que lhe assinou poderes, com que, tornado a Sevilha, lhe foram concertados cinco navios pequenos, como ele pediu, concertados e armados como ele quis, com quatrocentos homens de armas, em que lhe carregaram as mercadarias (sic) que ele pediu... A qual armada concertada, com a gente paga por seis meses, partiu de São Lucas de Barrameda em Agosto do ano de 1519...”

No testemunho de Gaspar Correia se baseou António Baião para libertar Magalhães do labéu acusatório sobre ele lançado por João de Barros, seguido pelos modernos historiadores. No seu artigo “Fernão de Magalhães e a primeira circumnavegação ao globo”, impresso no vol. II do *Arquivo Historico Portuguez* (1904), essa notável publicação, devida sobretudo a Anselmo Braamcamp Freire, que iniciou uma era nova nos estudos históricos em Portugal, o antigo director da Torre do Tombo e infatigável estudioso concluía, apoiado em documentos do Arquivo Nacional, que a “primeira circumnavegação ao globo pertence em grande parte, apesar de tudo, a Portugal... A expedição de Magalhães, que só trouxe proveitos à Espanha, pertence mais a Portugal do que ao país vizinho...”

Depois, Fernão Lopes de Castanheda. No cap. VI do Livro VI da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* lêem-se estas palavras definidoras da atitude de Magalhães. *Traição, traição* é o termo imperativo:

“De como Fernão de Magalhães fez crer ao Emperador Carlos, rei de Castela, que as ilhas de Maluco eram da sua conquista e de como as foi descobrir.

Reinando el-rei D.Manuel de Portugal se foi pera Castela um Fernão de Magalhães... Este, por se vingar de el-rei D. Manuel, mostrando-se agravado dele, lhe fez ãa grande treyção: que foi dizer ao Emperador Carlos Quinto deste nome, que era rei de Castela, que pola repartição da conquista que se começou de fazer antre el-rei D. João-o-Segundo de Portugal e el-rei D. Fernando de Castela que não houve efeito. Eram de seu descobrimento e conquista as ilhas de Banda e as de maluco, dando-lhe pera isso algũas rezões; que, como não houve quem as contrariasse por parte de el-rei de Portugal, e eram em favor do Emperador, e pera seu proveito lhe pareceram bem, o creu sem mais examinar a verdade do que lhe dizia Fernão de Magalhães, e assi a um Rui Faleiro que também ia com ele, mais por fazer treição a el-rei de Portugal que por outra causa, e fazia-se grande astrólogo, mas não sabia nada, e tudo o que fingia que sabia era por um espírito familiar que tinha, segundo se depois soube. E estes dous fizerm crer ao Emperador que estas ilhas que digo eram do seu descobrimento e conquista, e se lhe ofereceram a

ilhas descobrir por fora da navegação da Índia; e pera este descobrimento se concertou o Emperador com certos mercadores que lhe armassem cinco naus em Sevilha, de que deu capitania-mor a Fernão de Magalhães, e mandou com ele a um astrólogo chamado Andrés de Sam Martim, pera que por astrologia visse se podia alcançar a saber a altura de leste a oeste, de que se esperava muito de ajudar pera o direito deste descobrimento. E foi este astrólogo com Fernão de Magalhães, porque ao tempo da sua partida se escusou Rui Faleiro de ir com ele...”

Se a Gaspar Correia e às *Lendas da Índia* Camões não foi grande devedor, o mesmo não diremos de Barros e de Castanheda, em consonância com José Maria Rodrigues, o mais profundo estudioso das *Fontes dos Lusíadas*, que, a este propósito, escreveu:

“As duas obras que mais copiosos elementos forneceram ao autor dos *Lusíadas* foram a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, e a *Ásia*, de João de Barros. É nelas que têm a sua principal fonte o núcleo do Poema – o descobrimento do caminho marítimo da Índia –, os preparativos da grande viagem, a descrição geográfica das regiões orientais e as referências históricas aos feitos praticados pelos Portugueses nessas regiões.

Em um terço, aproximadamente, das estâncias dos *Lusíadas* é manifesta a influência exercida pela leitura que o Poeta tinha daqueles dois escritores...”

Se bem que o Prof. José Maria Rodrigues não dê relevo a Damião de Góis como fonte de Camões, penso que é um tema ainda por estudar. Não deixarei, contudo, de referir o passo da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (Parte IV, cap. XXXVII):

“De como Fernão de Magalhães deu a entender a el-rei D. Carlos que as ilhas de Maluco e Banda caíam na sua demarcação, e que iria a elas sem tocar nos limites da navegação de Portugal.

Fernão de Magalhães... foi homem de boa casta e que andou nos livros de moradores da casa de el-rei Dom Emanuel em bom foro, e o serviu nas partes de África e na Índia, onde se achou com Afonso de Albuquerque na tomada

de Malaca, dando sempre de si a conta que soem dar os homens que a têm com a honra. Ao qual, parecendo que pelos serviços que tinha feito, merecia a El-Rei acrescentamento de sua moradia, que é a mercê que os Portugueses neste tempo mais estimam de seu rei, por lhe ficar como por herança pera seus filhos e descendentes, trabalhou muito no requerimento desta moradia, pedindo a El-Rei que lha acrescentasse mais duzentos reais por mês, que é meio cruzado de ouro, o qual cruzado vale agora quatrocentos réis brancos de seis septis no real. Ao que lhe El-Rei saiu com um tostão por mês, do que se não contentando, e conhecendo em El-Rei que desgostava dele por este respeito e por alguns reportes que lhe dele fizeram, do tempo que o estivera servindo em Azamor, se desnaturou do Regno tomando disse estromentos públicos, e se foi a Castela servir el-rei Dom Carlos, a quem deu a entender que as ilhas de Maluco e Banda estavam nos limites das demarcações feitas entre el-rei Dom Fernando e a rainha Dona Isabel, reis de Castela, e el-rei Dom João de Portugal, segundo do nome. E pera mais confirmar isto, levou consigo um Rui Faleiro português, homem que fazia profissão de astrólogo e matemático. Estes ambos foram ter a Saragoça no ano de mil quinhentos e dezoito, os quais el-rei Dom Carlos, com seu Conselho, ouviu muitas vezes, e a Fernão de Magalhães mais, por falar melhor nas cousas do mar que o Faleiro. Ao que acudiu Álvaro da Costa, que lá andava sôbelo negócio do casamento da infante Dona Leonor... falou sobre isso a el-rei Dom Carlos, trazendo-lhe à memória as alianças e parentesco dele com os reis de Portugal e sobretudo o do casamento da Infante sua irmã com el-rei Dom Emanuel, e outras rezões que moveram El-Rei a querer desistir desta empresa, mas os do seu Conselho lho contrariaram, e sobre todos o bispo de Burgos, que cá veio com a Rainha, pelo que El-Rei não pôde al fazer senão cumprir com o que tinha prometido a Fernão de Magalhães e a Rui Faleiro, que era dar-lhes embarcação para fazerem esta viagem, do que logo Álvaro da Costa avisou El-Rei per suas cartas, que sobre isso teve Conselho em Sintra, onde então estava, no qual foram Dom Jaimes, duque de Bragança, Dom João de Meneses, conde de Tarouca, priol do Crato e mordomo-mor de El-Rei, e Dom Fernando de Vasconcelos de Menezes, bispo de Lamego, capelão-mor de El-Rei, que depois foi arcebispo de Lisboa, em que o parecer de El-Rei, do Duque e do Conde foi que não mandasse chamar Fernão de Magalhães, por não dar ocasião de outros fazerem o mesmo; mas o Bispo disse que seu parecer era

que o mandassem El-Rei chamar e lhe fizesse mercê, ou o mandasse matar, porque o negócio que começava era muito prejudicial ao Regno, e seria ainda causa de muitos males e danos; contudo a resolução foi que o não fizessem. Sobre este negócio falou Álvaro da Costa em Saragoça muitas vezes a Fernão de Magalhães, e, achando nele vontade de se tornar pera o Regno, escreveu ãa carta a El-Rei, que eu vi, que o devia de recolher por ser homem de grandes espiritos e muito prático nas cousas do mar; que o bacharel Rui Faleiro não fizesse conta, porque andava quase fora de seu siso, mas nem isto aproveitou pera se não efectuar um tamanho desserviço à Coroa destes Regnos, de que se tantos desgostos e gastos depois seguiram, e tanta fama ao mesmo Fernão de Magalhães que todo o mar da banda do Sul e o estreito que descobriu, per onde lá passou, se chamam do seu sobrenome, e chamarão até fim do mundo...”

Que concluir daqui? Que Luís de Camões recolheu a informação da época acerca de Magalhães e, sem lhe diminuir o feito, digno de um Português, não deixa de verberar a deslealdade de Magalhães ao Rei e à Pátria, atitude que o Poeta não perdoa, ele que, ao dirigir-se a D. Sebastião, lembrava que para o servir os Portugueses estavam “em tudo aparelhados”, e ele próprio “para servir-vos, braço às armas feito”.

Os estudiosos portugueses e estrangeiros não deixaram, contudo, e com alguma razão, de exaltar a proeza de Fernão de Magalhães e a sua extraordinária viagem, ainda que ao serviço de um rei estrangeiro. São de recordar os trabalhos de António Baião, já referido, de Afonso de Dornellas, de Basílio Teles, de Latino Coelho, para não falar já da biografia devida a Stefan Zweig, cuja tradução a Livraria Civilização, do Porto, publicou em sucessivas edições, e que foi uma das leituras de eleição na nossa juventude.

A Espanha deveu a solução do magno problema (encontrar uma passagem do Atlântico para o Pacífico) e a glória de que se fizesse sob bandeira espanhola a primeira viagem de circum-navegação do globo (1519-1522) a um acto inaceitável de um Português desnaturado. Mas à passagem de Sudoeste, o estreito de Magalhães, ninguém pode deixar de ligar, para todo

o sempre, o nome de um Português, ainda que português no feito, mas não na lealdade, como escreveu n' *Os Lusíadas* o nosso Poeta maior.

A importância e repercussão da navegação de Magalhães foi tal que a Academia de Marinha, tão rigorosa na selecção dos temas a tratar, não hesitou em consagrar-lhe este *Simpósio*, destinado por certo ao maior êxito.

Lisboa, 23 de Junho de 2001